



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0006379-83.2015.8.26.0566 - 2015/001495**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso**
 Documento de Origem: **IP - 185/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **Jose Bernardo dos Santos**
 Data da Audiência: **20/04/2017**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JOSE BERNARDO DOS SANTOS**, realizada no dia 20 de abril de 2017, sob a presidência do **DR. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperfurtações pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a testemunha **EDUARDA FERNANDA FORMENTON**, sendo realizado o interrogatório do acusado (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). A defesa desistiu das oitivas das demais testemunhas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **JOSE BERNARDO DOS SANTOS** pela prática de crime de falsificação de documento público. Instruído o feito, requeiro a procedência. A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelo laudo pericial juntado. O acusado confessou que participou da confecção do documento na medida em que o assinou. Assim, requeiro a condenação do agente nos termos da denúncia. Na dosimetria da pena, observo que é possível a concessão de restritiva de direitos. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: Requer a improcedência. O acusado alegou que não sabia que estava concorrendo para a confecção de documento falso, embora tenha confessado que forneceu sua assinatura a pessoa desconhecida. Sendo assim, é caso de absolvição. Subsidiariamente, requer a defesa a fixação da pena no mínimo legal com regime inicial aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOSE BERNARDO DOS SANTOS**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 297, "caput", do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou a absolvição do acusado ou a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. A materialidade positivada pelo BO de fls.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

05/06, laudos de fls. 16/18 e 61/65. A autoria é certa. Ouvido em juízo, o acusado confessou que sabia dos procedimentos legais para obtenção da CNH e que recebeu o documento sem realizá-los, contribuindo com sua assinatura para a confecção da habilitação. Assim, ao contrário do que sustenta a defesa, não é o caso de absolvição. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal, ou seja, 2 anos de reclusão e pagamento de 10 dias-multa. Reconheço a confissão e aplico a Súmula 231 do STJ. Ausentes causas de aumento ou de diminuição da pena, que torno definitiva. Com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária em dinheiro, no valor de meio salário mínimo, e 10 dias-multa. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **JOSE BERNARDO DOS SANTOS** à pena de 02 anos de reclusão em regime aberto e 10 dias-multa, com a substituição da pena privativa de liberdade, na forma da fundamentação, por infração ao artigo 297, "caput", do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensor Público:

Acusado: